



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO  
BACHARELADO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS AO  
MULTILINGUISMO E À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

**AUDIODESCRIÇÃO DE DESENHOS INFANTIS PARA CRIANÇAS CEGAS:  
UMA ANÁLISE DA “TURMA DA MÔNICA- O CORPO FALA”**

BIANCA NATHÁLIA DA SILVA PEREIRA

BRASÍLIA – DF

2020

BIANCA NATHÁLIA DA SILVA PEREIRA

**AUDIODESCRIÇÃO DE DESENHOS INFANTIS PARA CRIANÇAS CEGAS:  
UMA ANÁLISE DA “TURMA DA MÔNICA- O CORPO FALA”**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e a Sociedade da Informação.

Orientador: Profº.Dr. Charles Rocha Teixeira.

BRASÍLIA – DF

2020

Dedico este trabalho às pessoas que cooperam trazendo e facilitando o acesso à acessibilidade para todos de forma simples e funcional, ajudando muitas pessoas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato à minha família que serviram de alicerce para as minhas realizações e pelo apoio e incentivo que sempre me deram durante toda a minha vida.

Agradeço ao meu orientador Charles Rocha Teixeira por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Aos meus colegas do curso pelas trocas de ideias e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

Também quero agradecer à Universidade de Brasília e a todos os professores do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas pela elevada qualidade do ensino oferecido.

*“Faça o que puder, com o que tem, onde estiver”.*

*(Teddy Roosevelt)*

## RESUMO

Este trabalho analisa o episódio “O Corpo Fala”, do desenho animado "Turma da Mônica", de Maurício de Souza, como estratégia para práticas inclusivas para crianças cegas, tendo como recorte a Audiodescrição – AD. A AD é uma forma de estimular a imaginação da criança cega por meio de desenhos animados, filmes, entre outros, referentes do domínio audiovisual que fazem parte do itinerário formativo de qualquer estudante. Nesse sentido, recorre-se as políticas públicas que subsidiam esse recurso inclusivo, por meio do estudo de diretrizes e parâmetros alinhados à proposta. Sobre os objetivos, o objetivo geral é investigar os critérios para realizar a audiodescrição em desenhos infantis, atendendo a crianças cegas ou com baixa visão. Caracterizar a audiodescrição infantil, que é diferente da de adultos, trata-se do objetivo específico. No que diz respeito à metodologia, emprega-se a pesquisa qualitativa, com embasamento bibliográfico, por meio da análise do desenho animado supracitado, alinhado às concepções teóricas mencionadas. Em tal contexto, ressalta-se as contribuições de COSTA (2014); FILHO (2010) e FRANCO, e o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis.

**Palavras-chave:** audiodescrição. desenho animado. acessibilidade. deficiência visual. criança.

## ABSTRACT

This work analyzes the episode "O Corpo Fala" (The Body Speaks), from the cartoon "Turma da Mônica" (Monica's Gang), by Maurício de Souza, as a strategy for inclusive practices for blind children, having as a cut to Audio description - AD. The AD is a way to stimulate the imagination of blind children through cartoons, films, among others, referring to the audiovisual domain that are part of the formative itinerary of any student. In this sense, public policies that subsidize this inclusive resource are used, through the study of guidelines and parameters aligned to the proposal. Regarding the objectives, the general objective is to investigate the criteria to perform the audio description in children's drawings, attending blind children or children with low vision. The specific objective is to characterize children's audio description, which is different from that of adults. Regarding the methodology, qualitative research is used, with bibliographic basis, through the analysis of the cartoon mentioned above, aligned with the theoretical concepts mentioned. In this context, the contributions of COSTA (2014); FILHO (2010) and FRANCO, and the Guide to Accessible Audiovisual Productions (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis).

**Key words:** audio description. cartoon. accessibility. visual impairment. child.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AD – Audiodescrição.

LS – Língua de Sinais.

GPAA- Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01.....	17
Tabela 02.....	18
Tabela 03.....	19
Tabela 04.....	19
Tabela 05.....	20

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Cegueira e Baixa visão.....</b>	<b>2</b>
<b>3. As Leis da Acessibilidade.....</b>	<b>3</b>
<b>4. A Audiodescrição.....</b>	<b>5</b>
4.1. Audiodescrição Infantil.....	6
4.2. Parâmetros e Diretrizes para a criação da Audiodescrição.....	9
<b>5. Análise da Turma da Mônica.....</b>	<b>13</b>
5.1 Análise de audiodescrição: O Corpo fala, Turma da Mônica.....	16
<b>6. Conclusão.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia de natureza bibliográfica aborda a Audiodescrição - AD de desenhos infantis para crianças cegas, tendo como recorte os desenhos da Turma da Mônica, de Maurício de Souza, especificamente, o episódio O Corpo Fala.

Destaca-se que durante o curso de graduação surgiu o interesse para o desenvolvimento deste trabalho, o motivo da escolha desse tema se deve pelo fato de que a AD tem facilitado vida de muitas pessoas cegas ou com baixa visão, pois o direito de ter acesso a cultura e ao lazer são para todos, mas ainda existe uma escassez de audiodescrição infantil para desenhos animados, mesmo já havendo documentos com os parâmetros já estabelecidos de como se deve fazer uma AD, como o “Acesso Livre”, que é um grupo de pesquisa da Universidade de Brasília, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e possui vínculo com o Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão (NTAAI) criado no marco do Plano Viver sem Limites, do Governo Federal, e o “Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis”, que contém orientações técnicas para a audiodescrição, além de janela de interpretação em Libras em produtos audiovisuais e colocação de legendas para surdos e ensurdecidos. Utilizei o guia como critério para averiguar a AD que no episódio estudado.

Sobre os objetivos, o objetivo geral é analisar se o episódio escolhido segue os critérios e as orientações do guia para realizar a AD, atendendo a crianças cegas ou com baixa visão. Caracterizar a audiodescrição (AD) infantil, trata-se do objetivo específico.

No que diz respeito à metodologia, emprega-se a pesquisa qualitativa, com embasamento bibliográfico, por meio da análise do desenho animado supracitado, alinhado às concepções teóricas mencionadas. O ponto de partida para a presente análise é a conceituação sobre AD e tradução visual. Após apresentar os conceitos e relacionar ao episódio O Corpo Fala, destaca-se os elementos da AD observados durante o desenho animado. Portanto, a principal demanda da análise é a busca por respostas ao objeto investigado por meio das hipóteses inicialmente apresentadas.

Em tal contexto, por meio da metodologia, persegue-se também os objetivos propostos pelo trabalho por meio da análise qualitativa de natureza bibliográfica. Desse modo, a audiodescrição do episódio deve ser investigada como um recurso que possibilita à criança cega o acesso à aprendizagem/interação com elementos visuais, inserindo-as em práticas

estudantis/infantis inerentes ao perfil etário supracitado, o que reforça os conceitos sobre inclusão.

## **2. A CEGUEIRA E A BAIXA VISÃO**

Inicia-se este trabalho, conceituando a deficiência visual como subsídio para entender a discussão que segue sobre políticas públicas destinadas à inclusão e recursos pedagógicos como, por exemplo, a AD, que estão intimamente ligadas ao enfrentamento das dificuldades de inclusão de pessoas com deficiência em situações concretas de aprendizagem.

Observa-se que o ponto de partida para compreender a importância da AD como prática pedagógica inclusiva é o entendimento dos conceitos acerca da deficiência e de como os educadores podem acolher, pedagogicamente, os estudantes cegos e/ou com baixa visão.

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências. Muitas vezes, a perda da visão ocasiona a extirpação do globo ocular e a consequente necessidade de uso de próteses oculares em um dos olhos ou em ambos (BRASIL, AEE, 2007, p.15).

Deve-se dizer que além de conhecer as características de deficiência é fundamental reconhecer os diferentes tipos de deficiência visual e consequentemente as especificidades de cada deficiência.

Algumas pessoas veem apenas o que está diretamente na sua frente e nada do que está ao lado - o que chamamos de visão tubular; outras enxergam os objetos como um quebra-cabeças em que faltasse uma ou duas peças. Ainda há pessoas que têm baixa visão, ou seja, enxergam muito pouco, mas, ainda assim, são capazes de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa. E, claro, tem aquelas que não veem absolutamente nada (GABRILLI, 2008, p.27).

Além de “cegueira” o termo “visão subnormal” foi incluído, e hoje é também chamado de “baixa visão. O termo cegueira não é totalmente genuíno, pois existe vários graus de visão residual, e não quer dizer a completa falta de visão, mas sim um agravamento da capacidade de exercer funções cotidianas, há apenas a distinção entre claro e escuro. Existe também a “cegueira parcial” onde só se veem vultos, nessa condição é possível identificar a direção de onde vem a luz. As pessoas que conseguem perceber a luminosidade, são as que estão mais próximas da cegueira total, que é a perda completa da visão, não se vê nem a luminosidade.

Uma pessoa considerada cega é aquela que precisa usar o Braille para ler, que é um método de escrita em relevo formado por pontos, ou que necessita de programas de informática para auxiliar nas leituras de textos, e uma pessoa com baixa visão aquela que para ler tem a

necessidade de textos ampliados ou de instrumentos ópticos. Essa é a definição mais aproximada da CIF, que é a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

De toda a população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) afirmam ter algum tipo de deficiência, a visual é a mais comum, que atinge 3,5% da população. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, as causas de cegueira no Brasil são principalmente pela catarata, glaucoma, retinopatia diabética, cegueira infantil e degeneração macular. Segundo dados do IBGE de 2010:

no Brasil, das mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual: 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos); 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar), outros 29 milhões de pessoas declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes.

### **3. AS LEIS DA ACESSIBILIDADE**

Acessibilidade é facilitar o acesso a algo, assistindo a vida das pessoas com alguma deficiência, esse termo está diretamente conectado aos recursos fornecidos para facilitar a mobilidade, prover segurança em locais públicos e privados. A acessibilidade é um requisito essencial para a inclusão social, e pode se mostrar de diversas maneiras, como de forma física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, entre outras.

Existem vários programas na informática que possibilitam o acesso de deficientes visuais à Internet, como por exemplo o “Dosvox”, o “Virtual Vision”, o “Sonix”, entre outros. O “Dosvox” utiliza o uso intensivo de síntese de voz, foi desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse sistema computacional foi feito para auxiliar os deficientes visuais a usarem computadores, para estudar, trabalhar, facilitando a interação com pessoas, esse programa tem mostrado um alto nível de satisfação com seus usuários, que são mais de 100.000 pessoas, no Brasil, América Latina e Portugal.

O “Virtual Vision” é um programa criado para ajudar também os deficientes visuais a utilizar o Windows, o Microsoft Office, o Internet Explorer e outros aplicativos, através da leitura dos menus e telas também por um sintetizador de voz.

O “Sonix” é um editor de navegador que permite que a pessoa pesquise, reproduza, edite, organize e compartilhe suas transcrições em qualquer dispositivo. Ele é indicado para reuniões, palestras, entrevistas, filmes, e qualquer outro tipo de áudio ou vídeo.

Sobre algumas políticas públicas acerca da acessibilidade, o que insere as leis de inclusão que abordam práticas de Sinais – LS e AD entre outras práticas que materializam a inclusão da pessoa com deficiência em diferentes espaços sociais. Conforme a Lei nº 7.853 (Brasil, 1989):

§.§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

O Plano Nacional de Educação Especial, outra política pública de atendimento às necessidades educacionais das pessoas com deficiência (1977/1979), reitera a discussão acerca dos direitos constitucionais todos os indivíduos; o que inclui o acesso à Educação e participação social. Portanto, ao discutir a questão inclusiva, reflete-se também sobre os mecanismos de inserção das pessoas com deficiência, bem como a manutenção de tais práticas que retroalimentam a proposta inicial: incluir. Segundo a Constituição Federal de 1988 – CF/1988:

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares" (BRASIL, Brasília: MEC/ CENESP, 1974).

É importante dizer que em tais explanações, observa-se a historicidade dos direitos da pessoa com deficiência em todos os setores sociais, ao abordar as questões inclusivas, é fundamental mencionar que tais políticas públicas apresentam um desdobramento histórico, visando atender as especificidades das pessoas com deficiência.

Cita-se que este campo analítico, a AD é parte de uma conquista inclusiva para preparar estudantes com e sem deficiência a conviver com a diversidade e principalmente, a gerar condições para que as pessoas com deficiência experienciem as mesmas vivências que as pessoas sem deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para a inclusão[...] (MIRANDA & FILHO, 2019, p.102) .

Salienta-se que, além das necessidades voltadas a todos os tipos de deficiência, surgem políticas públicas destinadas a atender cada tipo de deficiência e as complexidades pertinentes

a elas. Logo, surgem: secretarias, diretrizes e parâmetros voltados para a deficiência visual, atendendo também a cegueira e baixa-visão. Há uma série de estratégias e recursos para viabilizar o acesso da criança com deficiência aos diferentes níveis de aprendizagem:

A mediação traduz-se em atitudes e ações, como as que estão especificadas a seguir:

- apoiar e encorajar a exploração dos estímulos ambientais;
- despertar a motivação e o desejo de experimentar;
- incentivar a iniciativa e a persistência nas tarefas;
- desafiar a interação com o ambiente;
- oferecer apoio nas áreas necessárias e pelo tempo requerido;
- apoiar e orientar a família (Secretaria de Educação Especial- Brasília: MEC/SEESP, 1995,p.72).

A expectativa é que tais práticas reverberem em outras áreas da sociedade, compartilhando entre pessoas com e sem deficiência, práticas socio interacionais e inclusivas. Nesse sentido, parte-se de conceitos sobre deficiência, cegueira e baixa visão, o que posteriormente implica flexibilização de práticas que atendam às necessidades educacionais de estudantes acometidos por essas limitações. “Necessidades decorrentes de limitações visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias” (BRASIL, AEE,2007, p.12).

Deve-se dizer que ao falar sobre inclusão e práticas inclusivas, fala-se sobre práticas pedagógicas, de ensino e alinhamento de necessidades educacionais contempladas em todos os referencias de Educação que se referem aos alinhamentos de conteúdo e/ou condições de aprendizagem, algo recorrente ao falar sobre pessoas com e sem deficiência inseridas nos processos de aprendizagem, “Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, Lei n. 9.394, 1996).

#### **4. A AUDIODESCRIÇÃO**

A audiodescrição é um método essencial para que pessoas cegas ou com baixa visão possam assimilar os materiais audiovisuais, e participar de eventos, teatro, cinema, e muitas outras atividades culturais, de entretenimento e educacional.

A audiodescrição para filmes consiste em descrever as imagens que ocorrem na cena por meio da fala, e acontece entre as falas do narrador ou dos personagens. Essa tradução pode ser definida como tradução de imagens (meio visual) para a fala (meio verbal), assim, possibilitando à pessoa com deficiência visual, assistir a filmes entre outros recursos audiovisuais por meio da flexibilização das imagens à cegueira e/ou baixa visão.

Em tal sentido, a linguagem verbal e não verbal deve ser captada e reproduzida levando em conta o conjunto de mensagens que, contextualmente, operam a construção de sentido.

Deve-se dizer que por meio de técnicas de AD a pessoa com deficiência visual tem acesso a diferentes conteúdos educativos e/ou culturais organizados em formato de vídeo, algo fundamental em uma sociedade contemporânea, norteadas pelas Novas Tecnologias e recursos didáticos alinhados a novas mídias, e/ou insere os recursos audiovisuais.

A audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução intersemiótica criada com o objetivo de tornar materiais como filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, programas de TV etc., acessíveis a pessoas com deficiência visual. Ela consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas de modo essencialmente visual não passem despercebidas. Para tanto, descrições do cenário, figurino, personagens etc., bem como informações sobre mudanças espaço-temporais, por exemplo, são inseridas nas pausas dos diálogos ou momentos de silêncio, permitindo que as mesmas também possam ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão (MIRANDA & FILHO, 2019, p.285).

Dessa forma, há uma série de instruções que devem ser conhecidas e aplicadas em situações de AD. Logo, esses procedimentos técnicos, quando aplicados de forma proficiente, proporcionam à inclusão de pessoas com deficiência visual em atividades anteriormente restritas a pessoas sem restrições visuais.

Salienta-se que a audiodescrição opera em um campo de forças que o conhecimento é democratizado mesmo que o suporte de divulgação envolva aspectos auditivos ou visuais que, por vezes, não podem ser acessados por pessoas com deficiência. A AD é um meio da Tecnologia Assistiva, que oferece serviços para auxiliar as pessoas com deficiência visual na inclusão social, essa é a importância da AD, pois, com ela agora, seja na televisão, cinema, teatro, Internet, ou em qualquer outro lugar onde exista uma troca de informações, pessoas com alguma dificuldade para enxergar ou assimilar as informações transmitidas de forma visual, podem pela audiodescrição terem acesso de forma igualitária.

#### **4.1. A Audiodescrição Infantil**

De fato, há uma escassez de filmes e animações com audiodescrição para crianças, mas para a criação de audiovisuais com esse recurso é necessário que seja tomada algumas atenções, primeiramente é muito importante considerar contextualizar para a criança o enredo antes de começar a exibição para ela entender do que se trata a história, a segunda questão é a seleção das palavras e a atenção com a linguagem, em especial para crianças de até cinco anos de idade



e entender que a audiodescrição deve acrescentar prazer para o filme, prender a atenção do ouvinte.

A entonação da descrição e o roteiro adequado são as principais diferenças na elaboração de audiodescrições para adultos e crianças. Segundo Paulo Romeu Filho, que é criador do Blog da Audiodescrição e consultor da Organização Nacional de Cegos do Brasil, em uma entrevista concedida ao Núcleo do Grupo de Pesquisa em Inclusão, Movimento Ensino a Distância (UFJF) ele diz que: "A narração tem de ser mais interpretada, com entonação apropriada ao público infantil. A linguagem precisa ser adequada à faixa etária e o ritmo deve fluir de acordo com o contexto do filme". (ROMEU, Blog da Audiodescrição, 2013). De acordo com Paulo 90% dos filmes que chegam aqui no Brasil são dos Estados Unidos, mas somente 30% tem audiodescrição, mas em inglês, não são acessíveis para o público daqui, então acaba sendo excludente.

Segundo Paulo Romeu, muitas crianças com deficiência visual podem ter outras deficiências, como a auditiva por exemplo, e ter atraso na aprendizagem e na linguagem, em comparação às crianças não cegas elas têm mais necessidades, a então a audiodescrição deverá ser pensada para todos, entendendo essas necessidades na criação da AD ajudará a criança compreender melhor o enredo das animações, tornando o filme mais agradável, a se sentirem mais incluídos e a cooperar com a evolução no processo de desenvolvimento da linguagem.

O artigo "Filmes infantis audiodescritos no Brasil: Uma Análise dos Filmes A Turma da Mônica 2 e Hotel Transilvânia", da revista Traduções & Comunicações – Revista Brasileira de Tradutores Nº 27, escrito por Charles Rocha Teixeira, Sofia Ferreira Alves Fiore e Bárbara Carvalho, tem os parâmetros para a audiodescrição de acordo com o guia criado especificamente para crianças, da RNIB Sunshine House School (2009), no artigo é falado que existem diferenças na assimilação de informações para crianças de crianças cegas e videntes, então a AD deve ser pensada e criada para atender as necessidades especialmente para essas crianças.

Como a informação é diferenciada para crianças cegas e videntes, a construção da realidade também é. Uma criança que nunca teve visão tem mais dificuldade de organizar os elementos para verificar as informações recebidas, pois não é somente uma questão de receber informações sensoriais e cognitivas, é preciso que tudo ao redor da criança seja levado em consideração como, por exemplo, a linguagem dos videntes com relação à tradução do mundo para a criança. (TEXEIRA, FIORE, CARVALHO, 2014, p.166).

As audiodescrições para crianças podem ajudar no desenvolvimento da linguagem de muitas formas, segundo o artigo as "crianças normalmente gostam de ver filmes e desenhos repetidas vezes, as músicas, rimas, o processo de ouvir várias vezes, podem ajudar no

desenvolvimento de uma fala ecológica”. (2014, p.167). As crianças pequenas apresentam ecolalia, repetindo palavras sem entendê-las completamente, antes de começarem a ter uma fala com sentido, esta é uma fase muito importante no desenvolvimento fonético para crianças que estejam com linguagem atrasada, e é recomendado evitar a audiodescrição em cima de músicas, pois assim permite que as crianças possam aproveitar também a aprendizagem da letra, do ritmo e da melodia da música.

Segundo o artigo da revista, “as crianças menores possuem intervalos curtos de atenção e pode ser mais difícil absorver todas as informações” (2014, p. 167), no artigo é falado que, essas crianças assistem aos vídeos principalmente pelas músicas, personagens e efeitos sonoros, e não totalmente pelo enredo. Então, as descrições devem ser pontuais e objetivas, o propósito principal deve ser transmitir a história, e não necessariamente fazer descrições sobre todos os detalhes, mas sim do essencial para que se entenda o que acontece, o desafio é fazer audiodescrição para crianças de diferentes idades, ou que atenda os dois tipos, focando no enredo e nos sons, pois para as crianças maiores:

À medida em que as crianças crescem e assistem a filmes com mais frequência, elas começarão a acompanhar o enredo. A audiodescrição agora as ajudará a terem uma maior apreciação da história. Obviamente, estamos falando sobre uma audiodescrição de trilha sonora que precisa fazer duas coisas – dar a “descrição” para algumas crianças e trazer importantes informações da trama para outras. (RNIB, 2009).

A linguagem para as crianças não deve ser muito complexa, mas sim com uma construção simples de frases, se as sentenças descritivas forem longas são mais difíceis acompanhar e manter a atenção do início ao fim. “O uso de algumas palavras incomuns e inusuais para crianças, é aceitável e podem aguçar a curiosidade”, (2014, p. 167), fazendo-as buscar depois o significado, ajudando no enriquecimento e desenvolvimento da língua.

Efeitos sonoros são extremamente importantes, especialmente para as crianças, eles dão sentido à ação, do que está acontecendo na cena, principalmente em desenhos animados, fazendo a animação ficar mais divertida e engraçada.

Os efeitos sonoros podem contribuir na fala ecológica e podem trabalhar em conjunção com a descrição para acrescentar significado a conceitos. É melhor inserir a descrição antes e depois dos efeitos sonoros do que descrever em cima deles. Crianças pequenas em geral gostam de desenhos animados e longas metragens por causa de suas músicas, antes mesmo de terem idade suficiente para lhes compreender o enredo. (RNIB, 2009).

É considerável que, as músicas permaneçam íntegras, sem as descrições sobre elas, o importante é assegurar que as crianças possam aprender o tom, as palavras, o ritmo e a melodia, e aproveitar a música.

## 4.2 Parâmetros e Diretrizes para a criação da Audiodescrição

Para elaborar a audiodescrição para filmes e programas de televisão segundo o Guia Para Produções Audiovisuais Acessíveis do Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual, existem questões técnicas que precisam ser seguidas, nos roteiros para a produção da AD devem ser delimitados o tempo de início e do final de quando a audiodescrição for sendo inserida, também necessitam ter a deixa, que é a última fala antes de se introduzir a AD, e as rubricas, que são as instruções para a narração da AD. De acordo com o Guia “Nem sempre o audiodescritor-roteirista será o audiodescritor-narrador” (2016, p.20). Então, essas técnicas são necessárias para ajudar na gravação da voz e dar à narração o tom mais apropriado em cada cena.

A narração das unidades descritivas, ou seja, cada uma das inserções de audiodescrição dentro de uma marcação de tempo, é colocada preferencialmente entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Pode ser ligeiramente adiantada ou atrasada em relação à cena para dar informações necessárias ao andamento da narrativa, desde que não antecipe fatos ou faça versões do que está previsto. O audiodescritor precisa decidir se a informação é importante e se vale a pena operar esse tipo de deslocamento. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.20).

De acordo com o GPAA, “uma narração para ser boa tem que fluir e ser clara” (2016, p. 23), para não virar algo muito monótono, que canse o ouvinte, deve-se manter o ouvinte interessado e atento à história. A narração faz a composição as imagens, mas o efeito sonoro também tem grande importância na obra. A narração deve acompanhar o tipo de filme, seguindo o fluxo do filme, não deve ser neutra, dependendo do gênero, por exemplo, suspense, terror ou ação, uma narração neutra pode prejudicar o entendimento do ouvinte, e se tiver mais velocidade poderá favorecer a AD, do mesmo modo que em um filme dramático a narração deve ser lenta com a entonação mais melancólica. O uso da linguagem deve ser simples, objetiva e sucinta, além estimular a imaginação, se adequando ao gênero e a categoria do audiovisual. Para as crianças é recomendado que:

a linguagem reflita os efeitos narrativos de entretenimento, que correspondem à dimensão lúdica da obra, evitando-se a sobrecarga de informações e o consequente esforço cognitivo, que podem não corroborar para a experiência estética da criança. Deve, porém, atrair o interesse para a trama a fim de manter a atenção da criança. É importante que as crianças possam ouvir os efeitos sonoros significativos; por isso, não se recomenda que a AD se sobreponha a eles. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.23)

O Guia diz que, “a narração da audiodescrição não pode sobrepor os diálogos ou aos sons que são necessários para o entendimento da história” (2016, p. 21), a não ser que ao mesmo

tempo do diálogo aconteça uma ação que seja importante fazer a narração, que deve ser feita de modo que não atrapalhe a compreensão da cena.

Assim, apesar de a sobreposição da audiodescrição em filmes e programas de televisão não ser recomendada, poderá acontecer toda vez que a informação visual for mais relevante que a informação verbal para o desenvolvimento do enredo. Também não se sobrepõe a narração à trilha sonora quando esta for relevante para o enredo, utilizando-se, porém, dos mesmos parâmetros descritos acima. No caso de filmes, séries e/ou produtos audiovisuais destinados ao público infantil, propõe-se uma narração que se aproxime de uma locução mais lúdica, como uma contação de história, a fim de não cansar a criança com deficiência visual. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.21).

Os adjetivos descritivos são muito importantes para a audiodescrição, são usados para detalhar melhor os personagens, as cenas, o ambiente e as cores, pois aqueles que já tiveram ou tem a visão útil podem ter a memória das cores, e aos cegos de nascença dão as cores significados, assim, trazendo mais clareza para o ouvinte, assim, ajudando no entendimento.

Para facilitar a AD é recomendado também que se use o presente do indicativo para fazer com que a narração seja mais fluida. E as locuções adverbiais e os advérbios, também ajudam a descrever a ação, como os adjetivos. Os advérbios dão mais ênfase nas ações, “exemplo: “Anda de um lado para o outro com preocupação”. “Balança os ombros com desdém”.” (2016, 24). E para descrever as ações: “Usar verbos específicos que indiquem a maneira de realização das ações exs.: pular, saltar, saltitar” (2016, p. 24). Na estruturação do período é recomendado usar orações coordenadas, ou períodos simples, porque o espaço entre as personagens é curto, deve-se evitar gírias, linguajar obsceno, palavrões.

Os adjetivos devem expressar estados de humor e de emoções condizentes com os construtos universais sem valoração subjetiva por parte do audiodescritor. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.23).

Os planos de enquadramento e pontos de vista são essenciais para a audiodescrição, conhecer sobre eles ajuda o audiodescritor esclarecer para o ouvinte o que acontece na cena, e o que ele quer que o ouvinte imagine na cena. Segundo o Guia, “o grande plano geral (GPG)” (2016, p.25), é adequado para uma ampla área onde ocorrem as ações, nas quais o ambiente é amplamente exibido e captado à distância, de forma a apresentar a localização da história naquele momento e determinar a localização dos personagens da trama.

Geralmente é utilizado no início da história ou quando há mudança de local. Por meio desse plano, o audiodescritor descreverá o ambiente, a fim de situar o espectador com relação ao espaço que é apresentado no filme (ex.: cidade em que a história se passa). (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p. 25).

Já o plano geral (PG) como é citado no Guia, “possui um ângulo de visão menor do que o GPG”, (2016, p. 25), com esse plano, a posição pode ser exibida com mais precisão, e a posição do personagem na cena pode ser exibida. Através deste plano, o audiodescritor será capaz de

descrever locais mais específicos onde os personagens estão localizados, “como suas casas, locais de trabalho etc.” (2016, p. 25).

O plano médio (PM), de acordo com os autores, “tem uma função descritiva, e para isso, os personagens são enquadrados da cintura para cima” (2016, p.25), para destacar a imagem do personagem. Neste ponto, o audiodescritor pode descrever com mais precisão as características físicas do personagem e suas roupas. Sobre o primeiro plano (PP) e o primeiríssimo plano (PPP), que é usado para enfatizar as expressões dos personagens para revelar suas emoções:

O PP enquadra o personagem do busto para cima, seu objetivo é mostrar os diálogos entre os personagens e suas expressões faciais, que podem ser mais bem detalhadas pelo audiodescritor. O PPP enquadra somente a cabeça dos personagens. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.25)

O Guia também cita o “close-up ou plano detalhe” (2015, p.25), que enquadra apenas para o necessário para compreender o conteúdo apresentado e distingui-o do resto da cena. “O plongée e o contraplongée” (2016, p.25), são muito importantes, eles aumentam ou diminuem o tamanho dos personagens ou objetos, não só fisicamente, mas também simbolicamente, o que deve ser enfatizado na audiodescrição.

O Guia diz que, “os planos-ponto-de-vista mostram diferentes pontos de vista, que podem ser o do autor, o do narrador, ou o de um personagem, e podem também ser explicitados na audiodescrição”. (2016, p.25).

como nos exemplos: “Lentamente a imagem se aproxima do braço do homem e foca no relógio de pulso. Detalhe dos ponteiros do relógio em movimento”. “Maria pega um torrão de açúcar no açucareiro e o aproxima da xícara de café. Imagem aproximada do torrão de açúcar absorvendo o café”. “João, agora, não está visível, mas pode-se ver as imagens de uma praça através de sua visão”. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p. 26).

Na descrição físicas é aconselhável que se siga uma sequência, primeiramente falar o “gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, os olhos, cabelos e outras características marcantes”. (2016, p.26).

São descritos à medida que corroborem para a composição do personagem e da cena. Não é necessário descrever em detalhes as características dos personagens que não têm relevância para a trama. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.26).

Segundo o Guia, para os figurinos deve-se começar a descrição pelas “peças maiores e parte superior das roupas, e depois descrever as menores e os acessórios” (2016, p.27).

Não é necessário descrever o figurino de todos os personagens em todas as cenas, pois o excesso de informação torna a audiodescrição cansativa e tira o foco do ponto principal. A não ser que o vestuário seja elemento importante para a composição da narrativa. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.27).

De acordo com o GPAA, “os personagens devem ser nomeados na audiodescrição quando são nomeados na narrativa” (2016, p.27). E enquanto isso não ocorre, eles são identificados pelas suas características físicas.

O mesmo acontece para profissões ou funções. Porém, por vezes, essa conduta não ajuda a compreensão. Em situações em que esse tipo de informação, ou mesmo a relação entre os personagens fique explícita na narrativa a partir de jogos de cena, sugere-se que sejam explicitadas. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p. 27).

A identificação dos personagens deve ser feita primeiramente pelos seus nomes, mesmo que ainda não tenham sido ditos no produto, e de forma imediata, e de acordo com o Guia, “essa antecipação pode quebrar o suspense, mas cabe ao audiodescritor identificar tais circunstâncias” (2016, p.27).

Identificar pelo nome logo no começo, pode ajudar o ouvinte a se concentrar melhor nas cenas, se forem feitas pelas características dos personagens, e o cenário estiver com mais de um personagem, pode confundir o espectador enquanto houver interação entre eles. Um exemplo do Guia é: “a menina loira de vestido rosa conversa com o homem alto de preto que dá o braço à mulher alta, loira, que dá a mão ao menino loiro de uns oito anos” (2016, p.27), fica confuso até mesmo para o audiodescritor descrever a cena, além dos personagens.

Em séries de televisão ou sagas de filmes não é necessário descrever os personagens nos filmes dois ou três por exemplo, pode-se nomeá-los logo no início.

muitos dos espectadores já conhecem os personagens e seria desnecessário descrever Harry Potter em todos os filmes antes de ele ser nomeado. Mesmo vendo pela primeira vez os filmes 2 ou 3 das séries, acredita-se que a maioria dos espectadores já devam conhecer os personagens mesmo que somente de nome. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p. 27).

Na audiodescrição dos estados emocionais dos personagens, é recomendado descrever os gestos dos personagens e o seu significado, se houver tempo para a descrição, de acordo com o Guia, a audiodescrição deve “contribuir para a experiência estética que o produto oferece” (2016, p. 27). Dependendo do tipo de produto audiovisual, o estado emocional do personagem ficará com mais ênfase, por exemplo nos filmes de drama. É necessário também para descrever a ação, encontrar a escolha de palavras mais adequada.

Descrever os elementos que levam o espectador a inferir o estado emocional dos personagens pode funcionar em alguns casos, como “Ela leva as mãos ao rosto e chora” em vez de “Ela está triste”. Porém é preciso evitar ambiguidades, obscuridades. Se um personagem coloca a mão no queixo em sinal de preocupação, pode-se descrever: “Ele coloca a mão no queixo, preocupado”. Ou o olhar de personagens: “Elas se entreolham com surpresa”. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.27).

Como é falado no Guia, “a mudança de cenário ou de ambiente é audiodescrito logo quando ocorre” (2016, p.28), da mesma maneira é a mudança de tempo, para que se tenha total compreensão do que ocorre na cena. Para o ambiente é recomendável que seja audiodescrito os objetos e elementos que tem relevância para o entendimento do ouvinte, e quantas pessoas existem na cena.

descrever em detalhes um ambiente em que o personagem entra, fica poucos instantes, sai e não volta mais não é relevante, e sua descrição detalhada pode desviar a atenção do foco principal. A não ser que tenha alguma função na narrativa. É necessário localizar sempre os ambientes, dizer que o personagem volta a um determinado ambiente em que já esteve; deixar claro caso um mesmo ambiente tenha sofrido mudanças e descrever quais. Quando há uma mudança de ambiente, a audiodescrição começa por aí, por exemplo: “no escritório”; “no jardim”; “na praia...” etc. da mesma maneira a mudança de tempo, para que se tenha total compreensão do que ocorre na cena. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.28).

Para os sons, é importante que se dê a origem deles. “O latido de cachorros, não é necessário ser identificado, mas sim a localização do cachorro que late. Ex.: “cachorros latem do lado de fora da casa”.” (2016, p. 29).

No Guia diz que os “créditos, textos, títulos, legendas e intertítulos, são recomendados que sejam lidos” (2016, p.29), a leitura dos créditos iniciais deve ser feita de modo que não atrapalhe a audiodescrição das cenas do início que podem acontecer de forma rápida, ou também podem ser deixadas para o final. “Quanto à tradução das siglas, se esta estiver disponível para os espectadores em geral, é necessário disponibilizar essa tradução também na AD”. (2016, p. 29)

os créditos iniciais muitas vezes são exibidos concomitantemente às imagens iniciais dos filmes. Lê-los nesse momento poderá prejudicar a compreensão do filme, pois podem estar sendo mostradas cenas importantes relativas ao enredo. (Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, 2016, p.29).

## 5. ANÁLISE DA TURMA DA MÔNICA

É importante dizer que os desenhos animados fazem parte do itinerário formativo das crianças, tendo vários elementos de impacto na interação entre grupos etários, por meio de preferências e estilos de desenhos, conforme as escolhas das crianças e/ou o universo cultural ao qual elas pertencem.

No que se refere se à escolha da turma da Mônica, como material de composição do corpus deste trabalho, em detrimento a outras possibilidades, entende -se que o histórico de trabalhos desenvolvidos em AD e tradução visual por assim dizer, tem alguns desenhos

animados como percussores, seja pela importância sociocultural de tais referentes e/ou pela historicidade do desenho animado em relação à infância/ gerações.

O episódio O Corpo Fala<sup>1</sup>, faz parte de uma série de filmes/ desenhos adaptados a crianças cegas em que o som (áudio) e as imagens (desenvolvimento das cenas) são descritos para que a criança possa recuperar, por meio da imaginação, o andamento das cenas.

A partir de julho de 2011, após a edição de uma série de leis, decretos e portarias, a população com deficiência visual passou a poder desfrutar de, pelo menos, duas horas semanais de programação televisiva com o recurso. No entanto, o benefício, fruto da promulgação da Portaria nº 188 do Ministério das Comunicações, antes de representar um avanço, refletiu o quanto os interesses dos grandes grupos empresariais de comunicação ainda falam mais alto que o direito à acessibilidade do cidadão brasileiro não-vidente. Isto porque o texto da referida portaria formalizou diversas modificações na Norma Complementar nº 1. (BRASIL, 2010, 2006) (MIRANDA & FILHO, 2019, p.286).

Deve-se dizer que o referido desenho incorpora um conjunto de episódios escritos por Maurício de Souza, em A Turma da Mônica, e compõem o itinerário formativo de crianças, na década de 60, por meio da releitura do universo infantil. Desse modo, as revistas, gibis, filmes e livros do autor, problematizam de forma lúdica os fatos cotidianos em diálogo com o desenvolvimento da criança: medos, descobertas, brincadeiras e crenças são alguns dos temas desenvolvidos pelo cartunista em tais suportes/canais.

Ao destacar as contribuições cronológicas do referido desenho animado, cita-se, inicialmente, a popularização dos episódios e personagens por meio de gibis em que o autor, a partir de experiências pessoais com a filha Mônica. Cria referentes físicos e psicológicos para uma personagem/turma que passa a fazer parte da rotina infantil. Portanto, tornam-se uma referência de infância materializada a crianças cegas por meio da audiodescrição.

No âmbito da Tradução Audiovisual, P. Orero (2005c), por exemplo, defende a inclusão da áudio-descrição e da legendagem para deficientes auditivos e propõe que a acessibilidade seja usada para reunir as diversas práticas da área. Matamala (2005) fala sobre a natureza peculiar da áudio-descrição para a ópera e relata uma experiência pioneira na Catalunha. Snyder (2005) apresenta-nos diversas aplicações para audiodescrição (eventos multimídia, exibições de patinagem no gelo, descrição de livros de figuras infantis etc.) e apresenta um guia de áudio-descrição comentado (COSTA, 2014, p.28).

---

<sup>1</sup> O Corpo Fala. Disponível em: #filmescomacessibilidade. Esse vídeo tem AUDIODESCRIÇÃO para cegos e deficientes visuais. | Episódio SEM audiodescrição: <https://youtu.be/kVB8litlPHU> | O que será que significa quando a gente sente a orelha quente? Segundo a Magali, quando isso acontece, é porque alguém está falando mal de você. Será que essas superstições têm sentido? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mtLeuAOwRiY&t=19s>>. Acesso em: 1 de out. de 2020.



Ressalta-se que além da abordagem lúdica sobre o cotidiano das crianças, os episódios da Turma da Mônica têm um caráter educativo, e por assim dizer, estimulando a curiosidade infantil, mas abordando temas de relevância para a vida.

Figura 01: Alimentos Saudáveis



Fonte: <http://turmadamonica.uol.com.br>

Outro aspecto importante ao falar sobre o trabalho do cartunista Maurício de Souza é a contribuição do autor sobre diversidade e inclusão, por meio de personagens que remetem às diferentes crianças que existem/circulam socialmente, como a personagem Dorinha, que é cega, o que é bastante pertinente às práticas de audiodescrição.

Salienta-se que os gibis foram adaptados em desenhos animados de diversos formatos: livros, vídeos, CDs e em virtude de uma relação diacrônica/sincrônica, atualmente, figuram também no Youtube, um recurso com vasto acesso, inclusive, pelo público infantil.

Figura 02: Acessibilidade



Fonte: <http://turmadamonica.uol.com.br/acessibilidade/>

Em tal contexto, o desenho conta com a descrição detalhada das reações das personagens, ao longo do desenho, incluindo aspectos atitudinais e emocionais. Desse modo, descreve - se, paulatinamente, cada fato que ocorre ao longo do episódio, incluindo elementos que compõe a cena, como, por exemplo, o voo de pássaros.

Conforme FRANCO (2010), uma norma fundamental da AD, embora subliminar, é a relativização da maior parte de suas normas. Por exemplo: quando dizemos que a descrição das

cenas nunca pode se sobrepor aos diálogos e aos ruídos importantes do filme, estamos enunciando uma norma válida e correta. Porém, há casos em filmes em que uma cena longa ou mesmo uma sequência inteira é completamente ocupada por diálogos e ruídos importantes.

### **5.1 Análise de Audiodescrição: O corpo fala, Turma da Mônica**

Inicia-se este item ressaltando a diferença entre AD e narração, posto que os aspectos técnicos que envolvem a primeira são bem mais complexos que as práticas relacionadas a segunda, posto que o ato de narrar não implica subsidiar leitores/expectadores com suporte de sentidos, como, por exemplo, a visão; facilitando que um cego consiga referências visuais por meio da díade sons e descrição das imagens/movimentos.

Aproxima-se em tal sentido a AD do conceito de tradução visual, pois o ato de traduzir é uma ação que envolve habilidades e competências que elucidam aspectos linguísticos desconhecidos por interlocutores. Logo, a linguagem não verbal é traduzida por audiodescritores a pessoas com deficiência visual.

A AD vai muito além da descrição de informações percebidas pela visão. Questões técnicas, linguísticas e fílmicas precisam ser observadas para que se possa levar a cabo a tarefa. As respostas a essas questões dependem muito do gênero do filme a ser audiodescrito e muitas delas não podem ser generalizadas. Um audiodescritor competente precisa estar preparado para lidar com problemas, tais como:

1. Que informação priorizar?
2. A sobreposição entre o áudio do filme<sup>25</sup> e da AD é sempre não recomendável?
3. Como deve ser a narração? Semelhante a uma contação de histórias? Monocórdia ou com inflexões de voz?
4. Quais as características do texto da AD? Semelhante a um texto literário? Com descrições detalhadas dos personagens, do enredo e da ação? Ou deve somente privilegiar a ação? (FRANCO, 2014, p.95)

Em tal sentido, destaca-se o roteiro para a audiodescrição do episódio como uma etapa do trabalho, as pausas para que os diálogos não sejam interrompidos pela audiodescrição e o detalhamento de cada componente não verbal das cenas que operam a construção de sentido.

Deve-se citar as contribuições de SOUSA (2010) como referência de análise e organização do corpus, por meio da abordagem de estratégias que elucidam as técnicas da audiodescrição e especialmente as ações de acessibilidade por realizadas por esse recurso de tradução visual e/ou de linguagem não verbal.

A audiodescrição é um campo fértil para pesquisas e o presente estudo junta-se a outros nesta área cada vez mais atuante no cenário acadêmico brasileiro. No entanto, mais do que uma contribuição para a academia, este trabalho tem uma grande

importância social. As crianças deficientes visuais também têm o direito de assistir a um desenho animado ou a qualquer outro produto multimídia. Esse direito é afiançado por algumas normas da legislação brasileira, como a Lei nº 10.098/2000 que assegura a todos os deficientes visuais o livre acesso aos meios de comunicação (FRANCO, 2007) (SOUSA, 2011, p.88).

Tabela 01- O Corpo Fala e Análise

Primeira cena	Tempo	Análise da AD	Contexto
0:0 – 1:00	Duração total do episódio: 7:18	A narradora contextualiza a cena, pois não há sons e/ou diálogos nessa primeira cena, e como é muito rápida, não há espaço para citar as características das personagens. Cita-se somente as personagens Mônica e Magali, menciona o que cada uma delas está fazendo, concomitantemente ao transcorrer da cena. Se faz uma abertura quando o episódio começa, pois na introdução anterior, realizada com sons e imagens, não seria possível ser feita a audiodescrição, por conta da velocidade em que ocorre os fatos.	Para descrever detalhes como: Mônica aparece com o seu coelho, em seguida, em letras azuis, apresenta - se o episódio, o som e a narração do próprio desenho, simultaneamente, provocariam ruídos, então por conta da velocidade do episódio não foi possível descrever alguns detalhes da introdução do desenho, mas não atrapalha no entendimento do episódio. Após analisar o trabalho realizado pela narradora, por meio dos detalhes que não poderiam ser naturalmente captados pelas crianças com deficiência visual, alguns fatos no episódio não foi possível descrever, como por exemplo quando a Magali pega e joga a pedrinha na Amarelinha, quando ela joga faz o barulho da pedra caindo no chão, mas a narradora somente diz: “Magali pula Amarelinha”. A narradora aproveita bem o tempo da “deixa”, que é muito curto, então quando as personagens falam a última frase ela entra com a descrição, não atrapalha no

			entendimento, pois no episódio os acontecimentos são rápidos, e está de acordo com o Guia, mas existem outras deixas nas falas onde ela poderia melhorar e descrever mais fatos.
--	--	--	--

Tabela 02

Tempo	Análise da AD	Contexto
1:00 – 2:00	<p>A audiodescrição: “Mônica se atira ao Cebolinha com expressão de fúria [...]” combina sons, diálogos e onomatopeias, oferecendo às crianças cegas uma boa possibilidade de compreensão do episódio. Enquanto Cebolinha lamenta “ai ai ai”, a audiodescritora descreve todas as ações de Mônica contra Cebolinha. Ao arrematar com “o passarinho saí voando”, a audiodescrição mantém o fio condutor da narrativa, possibilitando boas referências verbais e não verbais de construção de sentido.</p>	<p>Alguns atos das personagens não são descritos, como a Magali, que fica brincando com a pedrinha, jogando para cima e para baixo, e de acordo com Guia para ajudar a criança a imaginar melhor a cena, seria válido descrever o ambiente, que tem flores coloridas e um jardim.</p> <p>Quando Cebolinha aparece as características dele também não são descritas, se uma criança que está ouvindo Turma da Mônica pela primeira vez, talvez fique um pouco perdida, pois os personagens da turma têm características muito peculiares, seria interessante fazê-la antes de começar o episódio. A cena com o Cebolinha é descrita de acordo com os parâmetros, pois fala que ele segura um passarinho azul com a mão esquerda e com a direita um pirulito. Os personagens fazem expressões faciais de sentimento de dúvida, raiva, poderia melhorar na questão de narrar mais o que eles sentem.</p>

Tabela 03

Tempo	Análise da AD	Contexto
2:00 – 3:00	<p>Cebolinha sai de cena resmungando e a audiodescritora, simultaneamente, avisa a posição das outras personagens em cena:” Magali compra pipocas”. Mas Magali ainda estava no caminho indo comprar, nesse momento a narradora deveria esperar Magali chegar até o pipoqueiro. No geral a velocidade da narração está de acordo com os fatos que estão acontecendo.</p> <p>Na cena seguinte Magali ensina como descobrir quem está falando mal de Mônica, a narradora diz: Mônica morde o dedo.</p> <p>Quando Carminha morde a língua, ela está com Denise, as duas não são citadas anteriormente. E elas fazem caretas e cara de confusas.</p> <p>Quando Magali despeja as pipocas na boca, a narração está um pouco atrasada. Se fosse: “Magali come todas as pipocas de uma só vez”, as crianças achariam mais engraçado, mas como o tempo da deixa é curto entende-se o uso de palavras menores e mais diretas.</p>	<p>Entre os critérios que podem ser destacados no referido trecho de AD, destaca-se a orientação do andamento das ações/ cenas e a cautela com sobreposição de vozes.</p> <p>Antes do Cebolinha sair de cena, ele cai no chão e isso não é narrado, no geral não interfere no entendimento, mas para a criança ouvinte iria ser mais um momento engraçado, com mais detalhes.</p> <p>Mônica fica com o dedo mindinho levantado por alguns segundos, e então, morde o dedo.</p> <p>Deveria ficar mais especificado qual o dedo para a criança imaginar Mônica fazendo, e falar que ela fica com a dedo apontado para cima.</p> <p>Seria melhor dizer que Carminha e Denise estão sentadas no banco da praça juntas conversando quando de repente Carminha morde a língua.</p>

Tabela 04

Tempo	Análise da AD	Contexto
3:00 – 5:00	Quando Magali fala: “Quer ver? Ouça seu corpo”,	Quando as personagens se movimentam

	<p>faltou descrever o movimento que ela faz tocando seu corpo, nessa parte fica mais difícil entender o que ela está fazendo. A mesma coisa com a Mônica, quando diz: “Alô, alô, corpo tem alguém na escuta?” Ela não fica parada, faz movimentos corporais, e se mexe.</p> <p>Quando Mônica não entende o que Magali está falando faz uma careta indicando raiva.</p> <p>A descrição do tempo quando esfria está de acordo com os parâmetros, ela diz como Mônica se sente e descreve como o ambiente fica.</p> <p>Quando Magali abre o guarda-chuva, não está muito especificado quem abre.</p> <p>No momento que a Terra é vista pelo espaço, o Astronauta aparece, e ele não é citado.</p> <p>A descrição do “patinho” realizada na fala da personagem Magali, auxilia a audiodescrição.</p>	<p>seria melhor descrever o que elas fazem. Exemplo: Mônica estica os braços para cima tentando fazer seu corpo falar. Pois sem isso, imaginá-las paradas não faria muito sentido.</p> <p>Descrever o que elas sentem seria válido, porque, somente pelo tom de voz não se entende totalmente, a entonação das vozes das personagens quase não muda.</p> <p>As personagens e a linguagem são referentes importantes acerca da diferença entre a AD para crianças e adultos. Bem como o uso dos recursos sonoros.</p> <p>Deveria explicar um pouco mais sobre o que acontece na cena do espaço.</p>
--	--	--

Tabela 05

Tempo	Análise da AD	Contexto
5:00 – 7:00	<p>As vozes de Mônica e Magali são parecidas, quando Magali come o picolé não dá para saber direito quem come.</p> <p>Magali sai correndo, e não é narrado essa ação.</p> <p>E a mão da Mônica fica vermelha, e isso também não é falado.</p> <p>Magali faz muito esforço para erguer o cofre, e não parece tanto, pois se está utilizando a narração mais neutra.</p> <p>O ladrão aparece na cena, isso não fica muito enfatizado. Quando o ladrão morre, é narrado que um</p>	<p>A relação entre a linguagem verbal e não verbal empregada pela AD nos processos narrativos e descritivos são significativas à construção de sentido.</p> <p>Quando “o corpo fala” dá sinais, a mão fica vermelha, a orelha, e o pé também, e não se dá a ênfase necessária quando isso acontece.</p> <p>O fantasma que aparece é o do ladrão que morreu, poderia ser: o ladrão que tentou levar o cofre foi levado pela Dona Morte.</p>

	<p>fantasma com a roupa do ladrão é levado.</p> <p>A palavra “melodramática” poderia ser trocada.</p> <p>O patinho manco usa gesso em uma pata.</p>	<p>Talvez seja difícil para uma criança de cinco anos entender a palavra melodramática, poderia ser: Mônica faz uma expressão muito dramática.</p> <p>No geral o episódio dá para ser entendido pois ele inclui: o humor, o temperamento das personagens e a previsão de desfecho.</p> <p>O patinho está manco, mas porque ele está usando gesso somente em uma pata, imaginar um pato com gesso seria mais engraçado para a criança, do que só citar que o pato era manco.</p>
--	---	---

## 6. CONCLUSÃO

Este trabalho abordou AD, apresentando referentes da legislação que ampara a pessoa com deficiência visual, os principais conceitos e as técnicas empregadas para audiodescrição de filmes entre outros gêneros audiovisuais, tendo como recorte, o desenho animado de gênero infantil.

Destaca -se que ao falar sobre políticas públicas, discute-se as questões relativas à divulgação deste recurso inclusivo, bem como as dificuldades para realização de audiodescrição, seja pela escassez de profissionais capacitados e/ou a difusão de técnicas de audiodescrição.

Apresentou-se hipóteses para a análise e conclui-se que a democratização da AD implica aplicabilidade de políticas públicas de impacto inclusivo, o que está intimamente ligado a divulgação, capacitações e investimento em AD, conforme cita-se anteriormente.

Diferenciou-se a AD voltada para os públicos adulto e infantil, ratificando as vantagens de tal recurso no processo de ensino – aprendizagem e na interação da criança com os mais variados referentes de cultura, conhecimento e interação.

Espera-se que novos trabalhos investiguem o tema supracitado, ampliando o reconhecimento da importância da AD para a inclusão e para a aprendizagem significativa como formas de participação social e pleno exercício de cidadania.

Meu objetivo foi mostrar que é possível tornar a audiodescrição mais acessível, pois existem parâmetros legais, já identificados pelo Governo, que ajudam a tornar mais fácil esse processo. Contudo, tais ações implicam investimento em políticas públicas, o que está intimamente ligado a recursos financeiros, entre outros, e implica em investimentos em profissionais da área de AD, mas com essas diretrizes mostra-se que qualquer pessoa que tiver interesse e os devidos treinamentos, pode virar um profissional de AD.

Na análise do episódio, percebe-se que a velocidade e entonação da audiodescrição estão corretas, seguindo o fluxo do desenho animado, algumas palavras poderiam ser mudadas para um vocabulário mais infantil, e algumas cenas não precisavam ser cortadas quando fosse o momento da descrição, daria mais ênfase nas cenas, mas entende-se que os atos ocorrem muito rápido, não se perdeu o entendimento da história. Testando com parentes, pedi para que fechassem os olhos e imaginassem as cenas, eles conseguiram dizer o que ocorreu no episódio em questão. Minhas intenções futuramente são, fazer audiodescrições com os parâmetros que aprendi e tornar os desenhos animados mais acessíveis, outros e a Turma da Mônica também, e colocar em plataformas livres como o *YouTube*, por exemplo. Fazer pesquisa em campo em escolas para crianças com deficiência visual para colocar em prática, e observar se há total entendimento dos desenhos animados com a minha audiodescrição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEE. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf)>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

ANCINE. (2016). Instrução Normativa nº 128. Regulamenta o provimento de recursos de acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.

AUDIODESCRIÇÃO no contexto da acessibilidade para as pessoas com deficiência: entrevista com Paulo Romeu. Blog da Audiodescrição, 2013. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/12/audiodescricao-no-contexto-da-acessibilidade-para-as-pessoas-com-deficiencia-entrevista-com-paulo-romeu.html>>. Acesso em: 5 de nov. de 2020.



AUDIO-DESCRIÇÃO para crianças. Associados da inclusão, 2008. Disponível em: <<http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/11-audio-descricao-para-criancas.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. Plano Nacional de Educação Especial 1977/1979. Brasília: Especial 1975/1979. Brasília: MEC/ CENESP, 1974.

CONDE, Antônio João Menescal. Deficiência Visual: a cegueira e a baixa visão. Bengala Legal, 2012. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/cegueira-e-baixa-visao>>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

COSTA, A.M. (2014). A tradução audiovisual: os desafios da áudio-descrição. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto. Porto, Portugal.

FILHO, P.R.; MOTTA, L.V.M. (org.) (2010) Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.

FRANCO, Eliana. Audiodescrição e Audiodescritores: Quem é Quem?. 2007. Disponível em: <http://elianafranco.wordpress.com/> Acesso em: 25 out. de 2020.

FRANCO, Eliana & SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho. Audiodescrição: breve passeio histórico In: Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

GABRILLI, Mara. Manual de Convivência Mara Gabrilli. Disponível em: <[http://www.vereadoramaraabrilli.com.br/files/manual\\_web.pdf](http://www.vereadoramaraabrilli.com.br/files/manual_web.pdf)>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

GUIA para produções audiovisuais acessíveis, Ministério da Cultura e a Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <[https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia\\_para\\_Producoes\\_audiovisuais\\_Acessiveis\\_\\_projeto\\_grafico\\_.pdf](https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia_para_Producoes_audiovisuais_Acessiveis__projeto_grafico_.pdf)>. Acesso em: 12 de nov. de 2020

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n.13146, 2018, de 06 de julh. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 15.10.20. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>> Acesso em 14 de out. de 2020.

LIBERATO, Liliana. Precisamos de mais Audiodescrição em filmes para crianças. Blog da Audiodescrição, 2013. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/10/materia-especial-audiodescricao-para-criancas.html>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

LIMA, F. J., GUEDES, L. C.; GUEDES, M. C. Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. Revista Brasileira de Tradução Visual, [S.l.], v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://audiodescriptionworldwide.com/associados-da-inclusao/rbtv/audio-descricao-orientacoes-para-uma-pratica-sem-barreiras-atitudinais/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência visual. (Série Diretrizes; 8) Brasília: MEC/SEESP, 1995.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.

MIRANDA, Therezinha Guimarães & FILHO, Teófilo Alves Galvão. O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/.../1/o-professor-e-a-educacaoinclusiva.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

O QUE é o Virtual Vision?. Virtual Vision. Disponível em: <<https://www.virtualvision.com.br/Virtual-Vision/O-Que-E-O-Virtual-Vision.aspx>>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

PROJETO Dosvox. Intervox. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

ROYAL National Institute of Blind People. Audio description for children. 2009. RNIB [site]. Disponível em: <[http://www.rnib.org.uk/xpedio/groups/public/documents/publicwebsite/public\\_ADforchildren.doc](http://www.rnib.org.uk/xpedio/groups/public/documents/publicwebsite/public_ADforchildren.doc)>.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SILVA, M. C. Com os olhos do coração: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOBRE a deficiência visual no Brasil. Fundação Dorina Nowill para cegos. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

SONIX converte automaticamente áudio e vídeo em texto. Sonix. Disponível em: <<https://sonix.ai/?locale=pt>>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

TEIXEIRA, C.R.; FIORE, S. F. A.; CARVALHO, B. Filmes infantis audiodescritos no Brasil: Uma Análise dos Filmes A Turma da Mônica 2 e Hotel Transilvânia. Traduções & Comunicações – Revista Brasileira de Tradutores, Brasília, Nº 27, p. 163-177, abr. 2014. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/traducom/article/view/1623>>. Acesso em: 5 de out. de 2020.